

BOLETIM TRIMESTRAL

Janeiro - Março/2021

Teletrabalho



O Diretor-executivo suplente da Aságuas, Morris Scherer, contribuiu com a proposta de resolução para a implementação do teletrabalho na Agência. Com um integrante da Aságuas no GT do teletrabalho, a Associação pode acompanhar de perto as proposições e contribuir para que a resolução atenda aos interesses dos associados. [Saiba mais.](#)

Ponto Eletrônico



A partir de iniciativa do Ministério Público Federal, a ANA foi intimada a implantar o ponto eletrônico para seus servidores e o assunto vem sendo discutido no âmbito da Agência. Em 25 de janeiro, a Aságuas fez uma reunião com a CGGEP para discussão do assunto. [Saiba mais.](#)

Plano de saúde - GEAP



Diante do reajuste anunciado pela GEAP para alguns dos seus planos de saúde, principalmente o Plano Saúde Vida, a Aságuas tomou algumas medidas, tais como: consulta ao escritório de advocacia que presta serviços de assessoria à Associação e solicitação de reunião com representante da GEAP para esclarecimentos quanto aos reajustes. [Saiba mais.](#)

Assembleia Geral Ordinária (AGO)



Realizada na terça-feira, 16 de março, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou o Relatório Anual 2020, contendo o balanço das atividades realizadas no ano, a prestação de contas financeira e patrimonial; e o planejamento para 2021.

[Leia mais.](#)

Rodas de conversa



A Aságuas costuma promover rodas de conversas visando atender aos interesses dos associados e encontros técnicos científicos para fomentar o debate e fortalecer o engajamento. No dia 2 de fevereiro, a Associação organizou um encontro com os servidores e a sua assessoria jurídica para esclarecer as dúvidas sobre a mudança da resolução que trata da promoção e progressão. [Saiba mais.](#)

[Mais notícias](#)



Associação dos Servidores da Agência Nacional de Águas
Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco L, Sala 114
asaguasdiretoria@gmail.com
Telefone: (61) 2109-5199

Teletrabalho

Em setembro de 2020, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) sobre regulamentação do teletrabalho da ANA. Foram indicados cinco membros para o GT, entre eles o diretor da Aságuas Morris Warren como representante dos servidores. Na primeira fase, encerrada em dezembro de 2020, o GT elaborou uma proposta de resolução sobre o tema e a tabela de atividades do programa de gestão.

Em razão da complexidade da proposta e do impacto potencial na rotina de trabalho desta Agência, bem como do interesse manifesto de inúmeros servidores, técnicos e gestores, a construção da proposta deste GT contou com três momentos distintos de consultas, a saber:

1. Consulta da minuta de resolução aos servidores

A ASÁGUAS enviou convite a todos os associados para compor grupo de discussão na plataforma Teams. 20 servidores da ANA, lotados em diferentes superintendências, tiveram acesso a uma primeira minuta da resolução e puderam contribuir com sugestões conforme procedimento previamente acordado. As sugestões foram analisadas e incorporadas na minuta quando julgadas pertinentes pelo GT. As respostas de todas as sugestões, com deferimento/indeferimento e justificativas, foram encaminhadas ao grupo de servidores.

2. Consulta da minuta de resolução às UORGs

A versão da minuta, após discussões do GT e análise das contribuições dos servidores, foi enviada a todos os titulares de UORGs da ANA. Um prazo de duas semanas foi fixado para envio de novas contribuições, após o qual encaminharam sugestões as seguintes unidades: SRE, SIP, SOE, SAS, SGH e AUD. As sugestões consideradas pertinentes foram incorporadas em uma nova versão da minuta.

3. Consulta da Tabela de Atividades às UORGs

O GT elaborou proposta da Tabela de Atividades que podem ser realizadas em regime de teletrabalho na ANA, a qual, segundo a IN nº 65/2020, deve compor o anexo do programa de gestão da Agência. Este processo se iniciou pela construção detalhada das atividades executadas nas áreas de trabalho de cada membro do GT, a partir da qual se seguiu um esforço de sistematização e generalização das atividades em categorias técnicas e administrativas. Esta proposta inicial contou com 37 atividades, subdivididas em níveis de complexidade e em função de parâmetros pré-estabelecidos.

Foi solicitado, então, às UORGs indicar um ponto focal para ajudar na validação e na expansão desta tabela de atividades. No dia 8 de dezembro de 2020, o GT realizou uma apresentação da proposta inicial a todos os pontos focais das UORGs, que na semana subsequente realizaram esforço de validação em suas respectivas unidades de trabalho e encaminharam sugestões ao GT no dia 15 de dezembro de 2020 para consolidação. Ao final, propõe-se uma tabela com 44 (quarenta e quatro) atividades.

O GT de teletrabalho foi recriado em 11 de fevereiro de 2021. Desta vez com a finalidade de proceder estudo para subsidiar a escolha de um sistema informatizado de controle e gerenciamento do programa de gestão na ANA, a partir da análise de funcionalidades, limites e potencialidades nas opções de sistemas disponíveis no Executivo Federal. Dois sistemas estão atualmente em análise: os que tiveram origem na CGU e na SUSEP. O prazo para esta etapa é 90 dias.

Por fim, cabe esclarecer que o teletrabalho é uma opção disponível aos servidores que aderirem ao chamado programa de gestão, um sistema pela qual a assiduidade e produtividade do servidor é acompanhada pelas atividades previstas e realizadas. Pela proposta de resolução, que ainda não foi deliberada pela DIREC, todos que aderirem ao programa de gestão ficarão dispensados do registro de frequência, mesmo aqueles que estiverem em trabalho presencial ou em regime parcial de teletrabalho.

Ponto Eletrônico

A partir de iniciativa do Ministério Público Federal, a ANA foi intimada a implantar o ponto eletrônico para seus servidores e o assunto vem sendo discutido no âmbito da Agência. Em 25 de janeiro, a Aságuas fez uma reunião com a CGGEP para discussão do assunto. A expectativa é de que a ANA irá implementar o controle de frequência 10 meses após a finalização do processo de controle da pandemia causada pelo novo Coronavírus. Após a reunião, encaminhamos contribuições para a minuta de portaria que regulamentará o tema na ANA.

GEAP

Em setembro de 2020 a GEAP encaminhou carta aos servidores informando dos valores previstos de reajuste para uma série de planos de saúde, com destaque para o Saúde Vida, cujo reajuste ultrapassava 45%. Esse reajuste afetou diretamente mais de 40 servidores da ANA. No final de 2020, após negociação com a GEAP e consulta ao jurídico da ASÁGUAS, a diretoria da ASÁGUAS em decisão coletiva com seus associados decidiu pela não judicialização da questão.

Este ano fomos surpreendidos novamente pela GEAP com cobrança retroativa do reajuste relativo aos meses de setembro a dezembro de 2020. Este reajuste foi suspenso pela ANS em setembro 2020, mas posteriormente emitiu comunicado N° 87, de 26/11/2020, autorizando a recomposição da cobrança em 12 parcelas iguais a partir de janeiro de 2021.

A ASÁGUAS manifestou surpresa e indignação sobre a cobrança retroativa. Uma nova reunião foi feita com assessora da diretoria da GEAP, Ana Paula Machado, em fevereiro de 2021. A ASÁGUAS solicitou o cancelamento imediato da cobrança retroativa e estorno dos valores cobrados na primeira parcela incidente em fevereiro. A assessora levou para deliberação da diretoria administrativa da GEAP nossa reivindicação. Houve negativa.

Em paralelo conversamos com o advogado da ASÁGUAS Leandro Madureira. A despeito das declarações documentadas em vídeo da funcionária da GEAP, ainda em novembro de 2020, explicitando que não haveria risco de cobrança retroativa, nossa assessoria jurídica acredita que não seja suficiente isoladamente para ganhar uma ação judicial, dada a previsão dessa cobrança em normativos da própria GEAP e ANS.

A diretoria da ASÁGUAS se coloca a disposição de seus associados para possível discussão e desdobramentos desta questão.

Assembleia Geral ordinária (AGO)

A 1ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2021 foi realizada em 16 de março e teve como pauta principal a apresentação do Relatório Anual 2020, contendo o balanço das atividades realizadas, a prestação de contas financeira e patrimonial e o planejamento para 2021. A AGO contou com a presença de 34 associados.

Após apresentações por parte dos diretores da Aságuas e apresentação do parecer do Conselho Fiscal, o plenário aprovou o referido Relatório Anual 2020. Além da pauta principal, foram dados informes, com destaque para o Decreto 10.620/2021, que trata da gestão de previdência dos servidores. Para esse informe, a AGO contou com a presença de Leandro Madureira, do Escritório Mauro Menezes & Advogados, com explicações sobre o impacto desse decreto no regime de previdência dos servidores e a possível necessidade da Aságuas ingressar com ação judicial contra o decreto.

Em outros assuntos, diante da apresentação da prestação de contas financeira da Aságuas, destacou-se a discussão sobre a necessidade de reajuste da contribuição mensal dos associados, devendo ser precedida de amplo debate para a tomada de decisão em assembleia a ser realizada em 2021.

Rodas de Conversa

Com o intuito de atender aos interesses dos associados e de fomentar o debate e o engajamento, a Aságuas organiza, além de debates técnicos e científicos, rodas de conversa para tratar de temas grande relevância para os servidores.

Assim, no dia 2 de fevereiro, a Associação organizou um encontro entre sua assessoria jurídica e os servidores interessados a fim de esclarecer dúvidas sobre a Resolução ANA nº 121, de 16 de dezembro de 2019, que estabelece normas e critérios para progressão e promoção dos servidores, sobretudo no que diz respeito ao impedimento da utilização de títulos usados anteriormente para ingresso no cargo, por meio de concurso público (Artigo 10).

No encontro, os servidores foram atualizados a respeito do andamento da ação civil pública nº 1027364-46.2020.4.01.3400, de 8 de maio de 2020, movida com o objetivo de declarar a nulidade do referido artigo. Adicionalmente, os servidores esclareceram dúvidas pontuais e trataram da possibilidade de se resolver a questão pela via administrativa.

Nesse sentido, posteriormente, formou-se um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar um documento levantando dados e impactos gerados pela aplicação da resolução, tanto do ponto de vista financeiro, da instabilidade institucional e ainda da gestão de pessoas, que será endereçado à DIREC.

O grupo de trabalho é formado pelos servidores: Gaetan Dubois; Luciana Zago; Marco Antônio Amorim; Rosana Evangelista e Vivyanne Melo, e terá aproximadamente 15 dias para finalizar o documento, momento que será agendada reunião entre a DIREC, diretoria da Aságuas e membros do GT, para início de uma nova negociação.

Mais notícias

Reunião com o diretor Vitor Saback

Por convite do diretor Vitor Saback, em 18 de fevereiro foi realizada reunião da Aságuas com o referido diretor, onde foram discutidas diversas questões referentes à carreira dos servidores, bem como à atuação da ANA frente aos novos desafios. A Aságuas considerou como muito importante a iniciativa de reunião por parte do diretor e se colocou à disposição para novas reuniões.

Licença Capacitação

Em função da publicação do Decreto nº 10.506/2020, de 2 de outubro de 2020, a ANA iniciou revisão da Resolução nº 120, de 16 de dezembro de 2019, que regulamenta a concessão da Licença para Capacitação no âmbito da Agência. Em 17 de março de 2021 a Aságuas encaminhou à Direc o Ofício n.o 002/2021/ASÁGUAS 9, no qual destaca que o balanço das alterações propostas advindas do Decreto nº 10.506/2020 é positivo, em especial pelo aumento do limite de 2 para 5% dos servidores em gozo simultâneo da licença. No ofício, sugerimos alguns aperfeiçoamentos na proposta, com destaque para a necessidade de facilitar a realização de atividades de intercâmbio profissional em outras instituições.

Promoção e Progressão de Servidores da ANA

A Aságuas organizou no último dia 24/03/2021, uma reunião com os servidores prejudicados pela Resolução ANA nº 121/2019, que dispõe sobre os critérios para promoção e progressão na carreira. Considerando que já foi instaurado um processo de judicialização do caso em maio de 2019, atitude aprovada em assembleia à época, resolveu-se abrir nova frente para contornar a questão de maneira administrativa, por meio da formação de um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar um documento levantando dados e impactos gerados pela aplicação da resolução, tanto do ponto de vista financeiro, da instabilidade institucional e ainda da gestão de pessoas, que endereçado à DIREC.

O GT é formado pelos servidores: Gaetan Dubois; Luciana Zago; Marco Antônio Amorim; Rosana Evangelista e Vivyanne Melo, e terá aproximadamente 15 dias para finalizar o documento, momento que será agendada reunião entre a DIREC, diretoria da Aságuas e membros do GT, para início de uma nova negociação.

Reunião do Fórum com o Sinagências

No dia 2 de março foi realizada uma reunião do Fórum das Associações das Agências Reguladoras Federais com a participação do Sinagências, com o objetivo de estreitar os laços entre as entidades associativas e o sindicato e esclarecer alguns pontos que vêm sendo debatidos com frequência nas ARs e considerados importantes para seus servidores, entre eles:

- Comunicação do sindicato com as associações;
- Transparência e clareza da posição do sindicato nas negociações junto ao Governo Federal;
- Esclarecimentos com relação ao Projeto Arca, sobretudo as bases sobre as quais foi construído o Projeto;
- A posição do sindicato com relação à Reforma Administrativa proposta pelo atual governo;
- A inserção do Sinagências no âmbito do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE).

[Segue na próxima página](#)

Participaram três representantes do Sinagências, Cléber Ferreira - Presidente, Alex Sandre de Moura – Secretário Geral, e Wagner da Silva Dias – Diretor Financeiro, além de representantes da Aságuas, da Assetans, da Asanp, da Aseantt, da Asea e da Univisa.

O presidente do sindicato informou que havia a previsão de realização do Congresso Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Consag) em março de 2021, mas, em virtude da piora no cenário da pandemia no Brasil, está em discussão uma outra data para a realização do Congresso. Na sua opinião, o Consag é o meio mais adequado para coletar e consolidar as posições das carreiras da regulação com relação às diversas demandas dos servidores e das negociações junto ao Governo Federal.

Paralelamente à organização do Consag, o sindicato informou que vem mantendo conversações com parlamentares de diversos partidos, de variadas correntes ideológicas, com o objetivo de conseguir apoio às causas dos servidores da regulação.

Com relação ao Projeto Arca, o presidente informou que ainda não foi apresentado ao Fonacate, mas se colocou a disposição para apresentá-lo no âmbito do Fórum das Associações das Agências Reguladoras, de forma a dirimir dúvidas e esclarecer as origens do Projeto.